



PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA – ES

PORTARIA N.º 516/2015

“INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Iúna-ES, no uso de suas atribuições legais;

Nos termos do art. 185 e seguintes da Lei nº 2.137, de 08 de abril de 2008 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Iúna;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apuração de eventuais faltas disciplinares e irregularidades noticiadas às fls. 02/04 do processo nº 1792/2015, supostamente cometidas por servidor municipal, no dia 15 de Abril de 2015, na Rodovia BR – 482, KM 105,100, Guaçui/ES, consistentes em transitar em velocidade superior à máxima permitida para o local, conforme documento de fl. 04, com o veículo VW/GOL SPECIAL MB, placa OVL 3341 ES.

§ 1.º As condutas descritas no *caput*, em tese, infringem ou se subsumem às seguintes disposições da Lei nº 2.137, de 08 de abril de 2008 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iúna:

I – **art. 155** (São deveres do Servidor Público Municipal), **V** (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo ou função); **VI** (observar as normas legais e regulamentares).

II – **art. 156** (Ao Servidor Público é proibido:) **V** (utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares);

III – **art. 176** (A pena de demissão será aplicada nos seguintes casos:) **VIII** (lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio Municipal); **XVI** (usar materiais e bens municipais em serviço particular); **XVII** (retirar, sem prévia autorização escrita da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição, salvo se em benefício do serviço público); § 1º (Dependendo da gravidade dos fatos apurados, a pena de demissão poderá também ser aplicada nas transgressões tipificadas nos incisos V a XVIII do art. 156 desta Lei, hipóteses em que ficará afastada a aplicação da pena de suspensão.) § 3º (Para fins de consideração de circunstâncias atenuantes, a pena de demissão pode ser substituída pela pena de suspensão, em seu grau máximo.)

§ 2.º Caso confirmadas as condutas, são em tese aplicáveis as penas de repreensão, suspensão ou demissão, conforme artigos 173, 174 e 176 da Lei nº 2.137, de 08 de abril de 2008 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iúna.



Art. 2.º A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, depois de averiguar a autoria, editar ato de indiciamento e concluir a instrução do feito, apresentará o relatório sobre as responsabilidades apuradas, no prazo de sessenta dias.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Iúna – ES, aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois e quinze (08/12/2015).


ROGERIO CRUZ SILVA
Prefeito Municipal

Publicado no saguão de entrada da
Prefeitura Municipal de Iúna-ES,
às 17:00 horas do dia 08/12/2015.


Petrina Maria Martins Chequer
Chefe de Gabinete